

Empresários de ônibus TJ 065 querem mudar o Transcol

120872
Os empresários de transportes urbanos da Grande Vitória não quiseram comentar ontem à tarde, a informação de que o Governo tem um plano para intervir nas empresas caso a categoria decida boicotar a revogação do último reajuste das tarifas. Segundo eles, qualquer comentário nesse momento seria precipitado porque a categoria está negociando com a Secretaria Estadual de Transportes e Obras Públicas (SETR) algumas modificações no projeto de Transporte Coletivo (Transcol), que o Governo pretende implantar em outubro deste ano.

Eles argumentaram que não conhecem totalmente "nem o Transcol, quanto mais um plano de intervenção do Governo nas empresas". Os empresários descartaram também qualquer medida repressiva ao Estado nesse momento com a retirada de ônibus da linha ou descumprimento de horários. Segundo o presidente da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV), Helvécio Uliana, até o momento não foi constatada nenhuma irregularidade pelos fiscais da Ceturb que trabalham no terminal de ônibus Dom Bosco e Rodoviária de Vitória.

Telefone

Uliana explicou também que nem no telefone destinado à reclamação dos usuários (158) foi registrado qualquer queixa com relação à falta de coletivo ou descumprimento de horário. O chefe do Departamento de Transporte da Prefeitura de Vitória, Júlio Peixoto, também reve-

lou que os fiscais do órgão foram orientados para verificar com rigor essas infrações que já são rotinas independente do movimento dos estudantes que pressionaram pela revogação do aumento e reivindicaram ainda o congelamento das tarifas.

Comissão

De 15 a 20 de setembro próximo, a Ufes realiza um seminário sobre transporte coletivo para discutir a atuação do Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória (Codivit-GV) e a política do Governo estadual para o setor. A informação foi dada ontem pelo sub-reitor Comunitário, Antônio Claudino, que foi encarregado pelo reitor Rômulo Penina para organizar o calendário de reunião da Comissão de Alto Nível. Essa Comissão foi instituída pelo governador Max Mauro com objetivo de estudar uma saída para o impasse criado com a revogação do reajuste da tarifa e o seu posterior congelamento por um período de 30 dias.

Claudino reclamou que só falta o governador designar os membros da Comissão para que ela possa funcionar. Ele entende ainda que a data para o congelamento da passagem só será contada a partir do dia em que a Comissão for instalada pelo Governo. Farão parte desse conselho: dois professores, dois estudantes, um representante da Secretaria de Transportes do Estado, um sindicalista, um membro da Federação de Moradores do Espírito Santo e membro do Sindicato das Empresas.